

- 6.1.1.2 — Suplementos;
- 6.1.1.3 — Prestações sociais;
- 6.1.1.4 — Descontos legais.
- 7 — Arrecadação de receitas;
- 7.1 — Documento único de cobrança.
- 8 — Escrituração e ou contabilização de documentos relativos à movimentação de dinheiros públicos.
- 9 — Conhecimentos de informática na óptica do utilizador.

ANEXO II

Bibliografia a consultar para a prova de conhecimentos específicos a realizar no âmbito do concurso interno de ingresso para chefe de repartição.

- Alfaia, João (1988), *Conceitos Fundamentais do Regime Jurídico do Funcionalismo Público*, Coimbra, Almedina.
- Caiado, António C. Pires, e Pinto, Ana Calado (1997), *Manual do Plano Oficial de Contabilidade Pública*, Lisboa, Vislis Editores.
- Ferreira, José Luís de Almeida (1995), *Contabilidade Pública — Manuais de Formação*, vols. 1, 2, 3 e 4, Lisboa, MEPAT.
- Presidência do Conselho de Ministros, Direcção-Geral da Administração Pública (1995), *Regime Geral da Função Pública — Coleção de Legislação*, Lisboa, DGAP (3.ª ed.).
- Tavares, Luís Gonzaga e Pinela, António Miguel, *Contabilidade Pública — Diplomas Anotados e Comentados*, Lisboa.

ANEXO III

Legislação de base para a prova de conhecimentos específicos

1 — Serviços de Acção Social

- Lei do financiamento do ensino superior — Lei n.º 113/97, de 16 de Setembro.
- Bases de financiamento do ensino superior — Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto.
- Ação social escolar no ensino superior — Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de Abril, alterado pela Lei n.º 113/97, de 16 de Setembro.
- Serviços de acção social dos estabelecimentos de ensino superior — Decreto-Lei n.º 108/95, de 20 de Maio.
- Regime jurídico do desenvolvimento e qualidade do ensino superior — Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro.
- Regulamento de atribuição de bolsas de estudo — aprovado pelo despacho n.º 10 324-D/97 (2.ª série), de 31 de Outubro, alterado pelos despachos n.ºs 13 766-A/98 (2.ª série), de 7 de Agosto, 20 768/99 (2.ª série), de 3 de Novembro, 7424/2002 (2.ª série), de 10 de Abril, e 24 386/2003 (2.ª série), de 18 de Dezembro.
- Regulamento orgânico dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Santarém — despacho do presidente do Instituto Politécnico de Santarém de 17 de Abril de 1996, in *Diário da República*, 2.ª série, n.º 103, de 3 de Maio de 1996.

2 — Despesas e receitas públicas

- Classificação económica das receitas e despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.
- Classificação funcional das despesas públicas — Decreto-Lei n.º 171/94, de 24 de Junho.

3 — Orçamento do Estado e Conta Geral do Estado

- Lei do Enquadramento Orçamental — Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada pelas Leis n.ºs 23/2003, de 2 de Julho, e 48/2004, de 24 de Agosto.
- Circular série A, n.º 1291, da Direcção-Geral do Orçamento, de 4 de Abril de 2002.
- Definição dos programas e medidas a inscrever no Orçamento do Estado — Decreto-Lei n.º 131/2003, de 28 de Junho.
- Regras a que devem obedecer as alterações orçamentais da competência do Governo — Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril.
- Lei do Orçamento do Estado para 2005 — Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, Declaração de Rectificação n.º 5/2005 (*Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 31, de 14 de Fevereiro de 2005) e Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho.
- Execução do Orçamento do Estado para 2005 — Decreto-Lei n.º 57/2005, de 4 de Março.

4 — Regime da administração financeira do Estado

- Lei de Bases da Contabilidade Pública — Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro.

- Regime da administração financeira do Estado — Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 113/95, de 25 de Maio, 10-B/96, de 23 de Março, e 190/96, de 9 de Outubro.
- Regime jurídico das despesas públicas e da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços — Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.
- Regras gerais relativas à coordenação da aquisição e utilização de tecnologias de informação na Administração Pública — Decreto-Lei n.º 196/99, de 8 de Junho.
- Regime jurídico das empreitadas de obras públicas — Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 163/99, de 14 de Setembro.
- Plano Oficial de Contabilidade Pública — Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro.
- Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação — Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro.
- Cadastro e inventário dos bens do Estado — Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.
- Instruções para organização e documentação das contas dos serviços e organismos da Administração Pública com autonomia administrativa e financeira integrados no novo Regime de Administração Financeira do Estado — Instruções do Tribunal de Contas n.º 2/97 (2.ª Secção), de 3 de Março, rectificadas pela Declaração de Rectificação n.º 7/97, de 15 de Abril.
- Sistema de controlo interno da Administração Pública do Estado — Decreto-Lei n.º 166/98, de 25 de Junho, e Decreto Regulamentar n.º 27/99, de 12 de Novembro.

5 — Despesas correntes

- Princípios gerais sobre emprego público, remunerações e gestão do pessoal na função pública — Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, alterado pelas Leis n.ºs 30-C/92, de 28 de Dezembro, e 25/98, de 26 de Maio.
- Estatuto remuneratório dos funcionários públicos — Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 393/90, de 11 de Dezembro, 204/91, de 7 de Junho, 420/91, de 29 de Outubro, 137/92, de 16 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro.
- Reestruturação das carreiras do regime geral da função pública — Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.
- Prestações familiares na Administração Pública — Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 341/99, de 25 de Agosto, 250/2001, de 21 de Setembro, e 176/2003, de 2 de Agosto, e Declaração de Rectificação n.º 11-G/2003, de 30 de Setembro.
- Regulamento das prestações familiares na Administração Pública — Decreto Regulamentar n.º 24-A/97, de 30 de Maio, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 15/99, de 17 de Agosto.

6 — Arrecadação de receitas e escrituração e ou contabilização de documentos relativos à movimentação de dinheiros públicos

- Regime de tesouraria do Estado — Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2000, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, de 2 de Junho de 2000.
- Regulamento do documento único de cobrança — Portaria n.º 797/99, de 15 de Setembro.

HOSPITAL DISTRITAL DE SANTARÉM, S. A.

Aviso n.º 10 835/2005 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Novembro de 2005 do conselho de administração:

- Ana Maria Mendes Mamede Barreto Amaral Marques, técnica de cardiopneumologia especialista do quadro de pessoal deste Hospital — nomeada, após concurso, técnica de cardiopneumologia especialista de 1.ª classe do mesmo quadro, ficando exonerada da anterior categoria com efeitos a partir da data da aceitação.
- Ana Cristina Serrano dos Reis, técnica de cardiopneumologia principal do quadro de pessoal deste Hospital — nomeada, após concurso, técnica de cardiopneumologia especialista do mesmo quadro, ficando exonerada da anterior categoria com efeitos a partir da data da aceitação.

11 de Novembro de 2005. — A Chefe da Repartição de Pessoal, *Helena Marques*.